

NOTA TÉCNICA

O PERFIL DO INVESTIMENTO DIRETO JAPONÊS NO BRASIL (1990-2005)

Luciana Acioly da Silva

Brasília, julho de 2006

NOTA TÉCNICA

O PERFIL DO INVESTIMENTO DIRETO JAPONÊS NO BRASIL (1990-2005)

Luciana Acioly da Silva*

Brasília, julho de 2006

* Pesquisadora do IPEA

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Paulo Bernardo Silva

Secretário-Executivo – João Bernardo de Azevedo Bringel



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Luiz Henrique Proença Soares

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretora de Administração e Finanças

Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Estudos Setoriais

João Alberto De Negri

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 TENDÊNCIAS DOS FLUXOS GLOBAIS DE INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO – UMA VISÃO GERAL	5
3 AS PRIORIDADES DOS INVESTIMENTOS JAPONESES NO MUNDO	7
4 O PERFIL DOS INVESTIMENTOS DIRETOS JAPONESES NO BRASIL (1990-2005)	13
5 ÁREAS DE POTENCIAL INTERESSE PARA O INVESTIDOR JAPONÊS NA ECONOMIA BRASILEIRA	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25
ANEXO A – NOTA METODOLÓGICA	27
ANEXO B – TABELAS	28

1 INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica é resultado de uma pesquisa sobre a evolução do fluxo de investimento direto estrangeiro (IDE) proveniente do Japão entre 1990-2004. Dentro desta pesquisa foram identificadas possíveis áreas de interesse na economia brasileira para o investidor japonês e feitos alguns esclarecimentos quanto aos possíveis problemas na contabilização dos investimentos japoneses dirigidos ao Brasil. Este último ponto refere-se ao fato de que muitas empresas japonesas sediadas nos Estados Unidos realizam investimentos na economia brasileira, e que por isso, teriam seus investimentos registrados como se fossem americanos.

Tendo em conta a complexidade e a abrangência das questões acima, os objetivos que orientam este documento não são os de exaurir o tema, mas antes, o de traçar as principais características dos investimentos diretos japoneses na economia brasileira no período acima mencionado, em termos de seu volume e padrão de distribuição setorial e regional; apontar áreas potencialmente interessantes ao IDE japonês no Brasil, dentro das diretrizes da atual política de atração de investimento direto externo do Governo brasileiro e, finalmente, fazer considerações de ordem metodológica sobre as formas de registro da entrada de IDE no Brasil, particularmente no que se refere ao país de origem dos investimentos.

Assume-se aqui que a referida tarefa exige a construção de um quadro, ainda que geral, da dinâmica dos fluxos globais de investimento direto externo (IDE), das prioridades do investimento direto japonês no mundo e, da própria evolução do investimento direto externo no Brasil no período recente.

Nessa direção, o texto está dividido em 6 partes. Sendo a primeira esta introdução, a segunda parte é um esboço das principais tendências dos fluxos globais de IDE; a terceira é um resumo das mudanças nas prioridades dos investimentos japoneses no mundo; a quarta é uma descrição do perfil do investimento direto japonês no Brasil onde já se procura utilizar uma metodologia que contorne, à medida do possível, os problemas de contabilização do investimento japonês no Brasil já referidos; a quinta parte é uma lista das áreas de interesse do Brasil em receber investimentos e que poderiam vir a ser interessante ao investidor japonês; e a sexta é uma de síntese das partes anteriores onde são colocadas as considerações finais do trabalho. Esclarecimentos de ordem metodológica, assim como as tabelas mencionadas ao longo do texto podem se encontrados nos anexos.

2 TENDÊNCIAS DOS FLUXOS GLOBAIS DE INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO – UMA VISÃO GERAL

Superada a recessão mundial de 1981-1982, os fluxos globais de investimento direto externo (IDE) cresceram a uma taxa de aproximadamente 29% ao ano, entre 1983-1989, superando em mais de três vezes o ritmo de crescimento das exportações mundiais e em cerca de quatro vezes a taxa de crescimento do Produto Mundial (Anexo B, tabela B-1). Em termos brutos, o crescimento do IDE foi mais concentrado na segunda metade da década, quando os fluxos saltaram de US\$ 53,7 bilhões em 1985 (cifra menor que a de 1979 de US\$ 57 bilhões) para US\$ 196 bilhões em 1989 e es-

teve circunscrito às economias avançadas e a alguns poucos países em desenvolvimento (tabela B-2).

Os investimentos diretos realizados ao longo dos anos 1990 também apresentaram performance semelhante: saltaram de aproximadamente US\$ 243 bilhões em 1990 para cerca de US\$ 1,2 trilhões em 2000, porém englobando um número maior de países em desenvolvimento. A taxa de crescimento do IDE nessa década foi um pouco menor que a dos anos 1980, devido à desaceleração nos planos de expansão das grandes empresas frente ao menor ritmo de crescimento da economia mundial verificado entre 1991-1992. Porém, considerando-se o intervalo 1993-2000, quando os investimentos foram retomados, o ritmo de crescimento do IDE chegou novamente à casa dos 28,5%.

A partir de 2001, os fluxos globais de IDE desaceleraram acentuadamente. Depois de terem atingido um nível recorde de US\$ 1,2 trilhões em 2000, os investimentos realizados contabilizaram em 2001 cerca de US\$ 711 bilhões, e pouco mais de US\$ 647 bilhões em 2002, e US\$ 612 em 2003. Esse quadro resultou, entre outros fatores, do lento crescimento global, notadamente das três maiores economias do mundo as quais entraram em recessão diminuindo seus planos de investimentos.

Durante esses períodos observa-se que o perfil dos fluxos globais de investimento direto externo apresentou algumas mudanças quando comparado ao perfil do ciclo de expansão dos investimentos entre o imediato pós-guerra e o início dos anos 80 (Silva, 2006).

Verifica-se primeiramente que as fusões e aquisições foram o principal instrumento de acesso ao mercado externo, tornando-se assim na modalidade predominante do IDE¹. Entre 1987 e 2000, em média 3/4 dos fluxos de IDE dirigiram-se para aquisição de empresas, e só em 2000 essa participação foi de mais de 90%. Entre 2001 e 2003 a participação das fusões e aquisições no total do IDE recebido caiu para 64%, devido ao fato de que as corporações sediadas nas principais economias avançadas reduziram o valor dessas operações para pouco mais de 1/3 do valor verificado em 2000, incluindo as transações acima de um bilhão de dólares – os *mega deals*.

Do ponto de vista da distribuição geográfica, caracteriza os fluxos globais de IDE pós-85 a sua tendência à concentração espacial. Em meados dos anos 80 esses fluxos se realizaram quase inteiramente entre as economias desenvolvidas que absorveram, em média, 78% dos investimentos mundiais contra 22% dos países em desenvolvimento, sendo que em meados de 1970, a participação das economias avançadas não passou de 69%. Em termos de investimentos realizados, a participação dos países desenvolvidos nos investimentos globais foi expressiva: 97%, em média. Na década de 1990, os países em desenvolvimento experimentaram um aumento de sua participação, tanto nos fluxos recebidos (cerca de 27%) quanto realizados (em torno de 12%), sugerindo uma maior desconcentração espacial do IDE em relação à década de anterior, sem, contudo chegar aos níveis dos anos 70.

¹ A participação das F&As no total de IDE deve ser vista apenas como uma tendência, uma vez que não se podem derivar diretamente os montantes de F&As dos valores de IDE, dado que os mesmos são mensurados por fontes e metodologias distintas.

Por último, outra tendência importante dos fluxos de IDE pós 1980 foi a sua crescente preferência pelo setor de serviços. Durante a década de 1950, os investimentos estiveram basicamente direcionados para uma ampla gama de produtos primários, e particularmente voltados para indústria de transformação (Unctad, 1991:15), mas, o setor de serviços foi tornando-se destino da maior parte dos investimentos diretos, de modo que, do estoque mundial de IDE na década de 1970, o setor de serviços respondia por apenas 1/4; em 1988, por 44%; em 1999 por 51% (tabela B-3).

Os períodos de grande dinamismo atingidos pelos investimentos diretos e pelas fusões e aquisições transfronteiras coincidiram com os períodos de relativo crescimento econômico e de difusão da reestruturação industrial em muitas economias, confirmando a natureza pró-cíclica do IDE. No entanto esses períodos foram também condicionados pelas mudanças ocorridas nos mercados de capitais que geraram uma massa global de fundos emprestáveis, proporcionados pelas inovações financeiras, sem o que as grandes operações entre empresas não teriam sido possíveis².

Essas tendências mais gerais dos fluxos de IDE ao longo dos últimos 25 anos escondem diferenças significativas entre países e regiões tanto quanto ao perfil do IDE por eles recebido quanto realizado. Esses comportamentos diferenciados do IDE refletiram as distintas estratégias dos governos e empresas de participarem do processo de globalização. O projeto europeu de constituição de um mercado único para enfrentar a concorrência dos Estados Unidos e do Japão na arena internacional; a própria posição comercial e financeira do Japão e o projeto de industrialização dos países asiáticos (incluindo o desejo da China de possuir suas próprias multinacionais); a situação de endividamento externo das economias latino-americanas nos anos 80 e seus programas de modernização institucional nos anos 90 foram fatores que condicionaram as tendências dos fluxos globais de investimento direto no período recente.

3 AS PRIORIDADES DO INVESTIMENTO DIRETO JAPONÊS NO MUNDO

Nos anos 80, o dinamismo dos fluxos globais de investimento direto deu-se num contexto de forte reconversão da economia mundial seguida de altas taxas de crescimento nos países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento. Após 1985, o produto mundial a preços constantes cresceu a uma média de 4% ao ano: 3,8% para as economias desenvolvidas e 3,4% para as economias em desenvolvimento, frente às taxas de 2,4% e 3%, respectivamente, entre 1980-1984. O Japão em particular experimentou um crescimento de 4,6%. (IMF, 2000).

Os investimentos diretos realizados nesse período apresentaram, além das características assinaladas anteriormente, duas grandes mudanças: uma alteração na origem espacial dos investimentos, com o declínio dos Estados Unidos e a emergência do Japão como maior investidor mundial e, o surgimento da Ásia como grande absorvedo-

² Apesar dos empréstimos bancários ainda se constituírem em importantes fontes de financiamento das fusões e aquisições, as finanças diretas através das common stocks e do corporate debt passaram ganhar importância para essas transações. Em termos de valor, um terço dos acordos realizados entre as corporações transnacionais utilizou um desses dois tipos de financiamento e, em termos de número, cerca de 50% (Unctad, 2000: 108).

ra de investimentos diretos deslocando pela primeira vez a América Latina dessa posição.

As economias avançadas foram as maiores realizadoras e absorvedoras de IDE com uma participação nos investimentos mundiais realizados da ordem de 98% e 97%, entre 1980-1984 e 1985-1989, respectivamente, salientando-se que apenas cinco economias desenvolvidas foram responsáveis por 70% desse total (tabela B-4). O crescimento dos investimentos japoneses na segunda metade da década de 80 assegurou ao Japão o segundo lugar de maior investidor, depois do Reino Unido, em termos de fluxos, respondendo por 36% dos investimentos diretos globais,

Como destino dos investimentos diretos, os países desenvolvidos responderam por 78% do IDE, volume altamente concentrado nos Estados Unidos e nos países da então Comunidade Econômica Européia (CEE). A participação do Japão nesses fluxos foi diminuta (0,3%). Do lado dos países em desenvolvimento, a América Latina caiu de uma participação de 12,3% entre 1980-84 para 7% entre 1985-89, enquanto que os países do Leste, Sul e Sudeste Asiático e da África mantiveram uma participação em torno de 9,2% e 2,2%, respectivamente entre esses dois períodos.

A elevação dos investimentos diretos japoneses deu-se mais fortemente em direção aos Estados Unidos e a CEE. Entre 1980 e 1989 o estoque de IDE entre os Estados Unidos, Japão e Comunidade Européia (a chamada Tríade) triplicou e o investimento japonês nesse estoque seguiu o mesmo ritmo, ainda que a relação mais importante no período tenha se dado entre os Estados Unidos e a CEE que juntos somaram 79% do estoque intra-Tríade em 1988. O crescimento do estoque de IDE japonês nesses países passou de 5% em 1980 para 16% em 1988, sendo os Estados Unidos o mais importante país de destino desses investimentos³ (tabela B-5). A entrada do Japão nesses mercados deu-se sob a forma predominante de fusões e aquisições.

Os investimentos diretos japoneses no exterior na década de 80 foram distribuídos da seguinte forma: Estados Unidos (43%), Europa (18,5%), com destaque para o Reino Unido (6,3%) e Países Baixos (4,4%); Ásia e Oceania (19,6%), destacando-se Austrália (4,8%), Hong Kong (3,2%), Indonésia (2,8%) e Cingapura (2,2%); América Latina e Caribe (14,1%), com a liderança do Panamá e (6,5%), Ilhas Cayman (3,0%) e Brasil (1,4%); e, finalmente a África com menos de 2%. (MOF, 2005).

A posição ocupada pelos países dos NICs asiáticos e pelos países da *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN) alternou-se com os demais países europeus e com os “paraísos fiscais”, enquanto os investimentos japoneses na Coreia tiveram uma posição secundária comparativamente aos demais países asiáticos. A presença do IDE do Japão nos países asiáticos nos anos 1980 esteve associada às estratégias das filiais de suas corporações na Ásia no sentido de fortalecer gradualmente de seu *regional core*⁴.

3 O PIB conjunto dos países da Triade foi da ordem de US\$ 11 bilhões, ou 65% do Produto Mundial entre 1980-1987, com os Estados Unidos, Comunidade Européia e Japão contabilizando 26%, 25% e 14% desse total, respectivamente. Seus países-membro também se constituíram na mais importante área de comércio, respondendo por 50% do comércio mundial em 1989, com os EUA, CE e Japão respondendo, respectivamente, por 21%, 20% e 9% do comércio mundial. (Unctad, 1991:36).

4 A construção de networks nesses setores fez parte das estratégias das CTs japonesas de estabelecer relações mais estreitas com seus fornecedores para servir a suas filiais. Vale notar, que esses fornecedores eram frequentemente filiais

Em termos setoriais, as empresas japonesas mostraram sua preferência pelos empreendimentos relacionados aos serviços financeiros e imobiliários, refletindo uma tendência geral dos anos 1980, quando as circunstâncias favoreceram atividades financeiras na primeira metade da década, e a aquisição de ativos imobiliários na segunda, particularmente nos Estados Unidos. Dentro da indústria, seus investimentos concentram-se nas indústrias automobilística e eletrônica da CEE e EUA, basicamente visando atender ao mercado interno desses países (com menos de 5% das vendas sendo exportadas para outros países).

A dinâmica dos investimentos japoneses nos anos 80 beneficiou-se da posição do iene frente às demais moedas dos países desenvolvidos, o que lhe permitiu, inclusive, um maior envolvimento nas fusões e aquisições de empresas americanas e européias⁵. A combinação entre a posição competitiva do Japão e a força de sua moeda fez este país responsável por quase 20% dos fluxos globais de IDE e quase três vezes a sua participação nos anos 70.

Nos anos 90 os fluxos globais de investimentos diretos apresentaram um dinamismo extraordinário dirigido mais uma vez pelo aumento das fusões e aquisições transfronteiras e sob a liderança dos Estados Unidos. Após a recessão de 1991-1992, este país experimentou um crescimento de 4% ao ano, bem acima da média de outras economias desenvolvidas (tabela B-6), tornando-se ao mesmo tempo, no maior investidor e no maior recebedor de investimentos diretos do mundo, recuperando a liderança perdida para o Japão na década anterior.

Nesse início de década, os investimentos diretos japoneses declinaram pela primeira vez em desde 1983. Recessão econômica (1,7%, contra 4,0% dos anos 1980), queda na lucratividade de suas empresas, e dificuldades no mercado financeiro doméstico, deixaram as corporações japonesas com menos capital para investir no mercado externo.

Em que pese esse quadro inicial, o período 1993-1997 marcou uma certa reconversão do Japão com relação a seus investimentos diretos externos, novamente frente à valorização do iene contra o dólar, mas sem atingir, contudo, o patamar do ano de 19906 (gráfico 1). Comparando os períodos 1986-1990 e 1991-1997, os investimentos japoneses declinaram de US\$ 32 bilhões para US\$ 22 bilhões, em termos de média anual, resultando numa queda da participação do Japão nos fluxos globais de IDE de 20% para 10%, bem próximo de sua participação no início dos 1980, e em termos

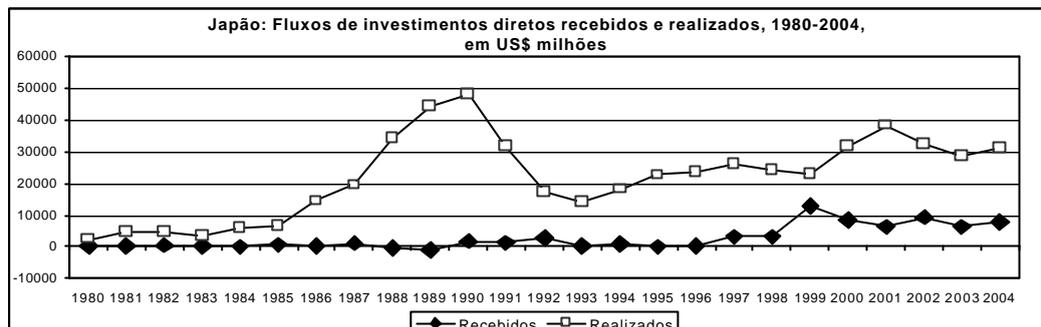
das próprias companhias japonesas. Nessa direção, a liderança do Japão na Ásia foi decisiva. No caso dos componentes eletrônicos, 70% das 502 subsidiárias asiáticas operando no setor de componentes eletrônicos eram de capital japonês, a região asiática chegou a responder no período por 35,5% das vendas de maquinários elétrico produzido nos NIEs por subsidiárias japonesas e cerca de 40% das vendas destas subsidiárias nos países do ASEAN, sugerindo uma significativa participação das empresas transnacionais japonesas no comércio intra-regional.

⁵ Entre 1987-1990, mais de 3/4 dos fluxos de IDE recebidos pela Triade foram para as fusões e aquisições de empresas, e cerca de 60% de seus investimentos realizados destinaram-se também a essas operações. Nesse contexto, o Japão teve metade de seus investimentos realizados na Triade sob a forma de fusões e aquisições.

⁶ Existe uma discussão metodológica a respeito da aferição dos fluxos de investimentos do Japão no período, devido a diferenças marcantes entre as várias instituições que publicam esses dados. Pois, dependendo do que esteja contemplado dentro do conceito de IDE, o Japão apresentará performance distinta com relação aos investimentos realizados. Ver Unctad, 1997.

de estoque passou de 11,8% em 1990 para 7% no final da década. Ainda assim, o Japão ocupou nesse período o 6.º lugar no *rank* dos maiores investidores, contabilizando um montante de US\$ 280,7 bilhões de IDE.

GRÁFICO 1



Fonte: UNCTAD, *World Investment Report*, vários números.
Elaboração da autora

Entre 1998 e 1999, o volume total de investimentos japoneses voltou a declinar devido à forte crise financeira que atingiu as filiais das corporações japonesas no exterior. Isso resultou da diminuição dos investimentos via ações e dos reinvestimentos de lucros (já que os empréstimos intracompanhias aumentaram significativamente), causados tanto pelas taxas de juros mais baixas quanto pelo problema da estabilização das empresas mais envolvidas na crise financeira asiática em 1997. A própria reestruturação forçada das empresas japonesas atuantes no setor financeiro (bancos, seguradoras etc.) afetou o desempenho de suas corporações, de modo que o número de suas filiais caiu em cerca de 40% em 1999, em relação a 1995, e os preços dos ativos das sucursais e filiais de bancos japoneses também caíram pela metade, em relação ao nível registrado em 1990 (Unctad, 1999).

Esse processo de reestruturação estendeu-se também às filiais japonesas atuantes no setor manufatureiro, particularmente no Leste e Sudeste Asiático: 2/3 de filiais atuantes nesse setor e nessa região experimentaram declínio nas vendas por ocasião da crise financeira (JETRO, 1998). Em resposta a esse quadro, um bom número de filiais japonesas mudou suas estratégias no sentido de privilegiar mais a produção para a exportação.

Além dos investimentos diretos terem sido seriamente afetados pela reestruturação do setor de serviços financeiros, a queda das operações de F&As como modo de entrada nos mercados externos pelas empresas japonesas impactaram negativamente na participação do Japão nos investimentos mundiais. Desde final dos 1980 que as companhias japonesas vinham aumentando sua entrada nos países desenvolvidos através dessas operações, particularmente nos Estados Unidos⁷. Nos anos 90, contudo, esse declínio foi contrabalançado pelo aumento no número de filiais estabelecidas

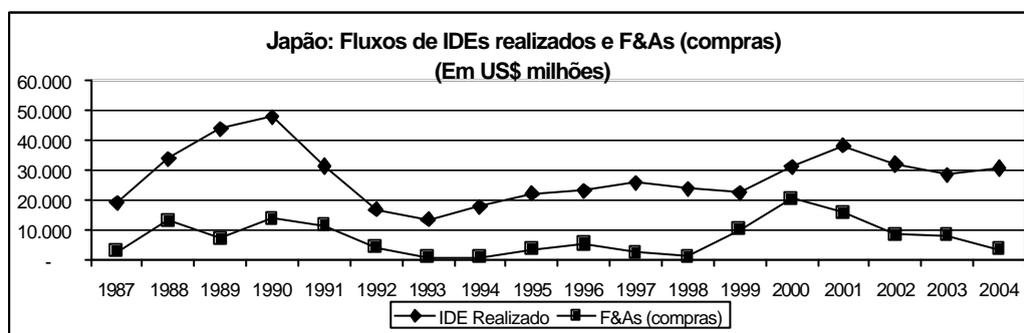
7 No entanto, nos anos 90 as fusões e aquisições apresentaram grandes oscilações: em 1990 as fusões e aquisições realizadas pelo Japão em outros mercados foram da ordem de US\$ 14 bilhões; caíram vertiginosamente para US\$ 1,1 bilhão em 1993 e 1994; recuperaram-se a partir de 1995 e 1996, com US\$ 3,9 bilhões e US\$ 5,7 bilhões, respectivamente; e voltaram novamente a cair em 1997 (US\$ 2,7 bilhões) e 1998 (US\$ 1,3 bilhões); em 1999 voltaram a se recuperar via uma maior inserção do país nas mega aquisições mundiais.

através de investimentos novos (*greenfield investment*) nos países em desenvolvimento da Ásia (Unctad, 2001).

Assim, em termos setoriais, os investimentos realizados pelo Japão no setor de serviços se retraíram, porém, no setor manufatureiro menos afetado pela crise estes investimentos cresceram, como mostraram os planos de expansão da Toyota nos anos 1990, financiados com recursos próprios (Unctad, 2000).

A partir de 1999 é possível notar uma recuperação dos investimentos realizados pelo Japão como resultado de seu maior envolvimento nas fusões e aquisições mundiais, especialmente nos mega acordos internacionais. Nesse ano, a compra da Internacional Tobacco da RJR Nabisco pela Japan Tobacco, no valor de US\$ 7,8 bilhões respondeu sozinha por 1/3 dos investimentos japoneses no exterior. Em 2000, essas operações acima de um bilhão de dólares corresponderam a quase 50% dos investimentos japoneses no exterior (gráfico 2).

GRÁFICO 2



Fonte: UNCTAD, *World Investment Report*, vários números.
Elaboração da autora

As prioridades dos investimentos japoneses na década de 90 em termos de macro-regiões foram: América do Norte (41,8%), Europa (23,8%), Ásia e Oceania (23%), Leste asiático (17,4%) e América Latina (10%). Em termos de países, destacaram-se os Estados Unidos (39%), Reino Unido (10,7%), Holanda (5,9%), China (3,6%), Indonésia (3,2%), Ilhas Cayman (2,9%), França (1,9%), Alemanha (1,6%) e Brasil (1,4%) (MOF, 2005).

Observa-se que em relação à década de 80 houve mudanças importantes quanto à direção espacial/setorial dos investimentos japoneses no exterior. Nos anos 90 ocorreu um aumento na participação do setor manufatureiro no total de investimentos, com o investimento industrial representando 33,6% do total, frente a 25% da década anterior. Isso conformou um perfil setorial do investimento japonês em cada continente (Tonooka, 1999).

As parcelas de IDE destinadas à América do Norte, Europa e Oceania continuaram a representar 2/3 do total do IDE, mas a participação dos Estados Unidos reduziu-se nos últimos anos, ao mesmo tempo em que crescia a importância da União Européia (UE). Prevaleceram na América do Norte investimentos no setor terciário (2/3), particularmente nos setores de serviços gerais e imobiliários. No setor manufatureiro, destaca-se o investimento na indústria de equipamentos elétricos. Nos países da UE prevaleceu o investimento no setor financeiro (36%).

Os investimentos na Ásia aumentaram, tanto em termos absolutos como em termos relativos, com entrada da China na rota dos investimentos mundiais. Esse forte redirecionamento do IDE japonês para o Leste, Sul e Sudeste Asiático reflete as estratégias das empresas japonesas que passaram a ver a transferência da produção para essas regiões como uma forma de compensar a perda de competitividade desencadeada pela valorização do iene, além de intensificar o processo de divisão intra-regional do trabalho. Em termos setoriais, o setor manufatureiro representou 55% do total de IDE oriundo do Japão, com maior peso para as indústrias em que a integração vertical e horizontal e a escala de produção são importantes fatores de redução de custos. Deve-se notar que, estas regiões emergiram como as mais dinâmicas do mundo em termos de performance econômica, com grandes mercados e oportunidades lucrativas de investimentos nos setores manufatureiros e de serviços (Tabela B-7).

América Latina, os investimentos japoneses sofreram variações, mas mantiveram sua tendência de aumento, porém com perda de participação relativa. As maiores parcelas do IDE japonês foram destinadas às instituições financeiras dos chamados “paraísos fiscais” do Caribe (40%) e para o setor de transportes do marítimo do Panamá (29%). Na indústria, destaca-se a instalação de fábricas do setor automotivo no México, Brasil e Venezuela (MOF, 2005).

Na Oceania os investimentos japoneses concentram-se no setor imobiliário e na indústria de alimentos que somaram uma participação de 50%. Quanto à África, esta recebe investimentos marginais do Japão basicamente no setor marítimo.

Em que pese a força do Japão como investidor internacional, o padrão de transnacionalização de suas empresas permaneceu fraco nos anos 90 para padrões dos países desenvolvidos. Boa parte da literatura atribui esse comportamento à dificuldade dos investidores japoneses em se ajustarem aos padrões de competição global dos anos 90, tornando-se mais ativos nas compras de empresas (F&As mundiais). O investimento *greenfield* foi, de longe, a forma preferida pelas corporações transnacionais japonesas como forma de acesso ao mercado externo. Pesam ainda, os problemas relacionados ao setor financeiro do país como reflexo da crise asiática sobre os negócios de suas corporações.

A partir de 2001, os fluxos globais de IDE experimentaram uma desaceleração considerável, como já comentado, com uma queda de 51% em relação a 2000. A menor taxa de crescimento da economia global, queda nos mercados acionários (que desestimulam as fusões e aquisições) e a forte diminuição dos processos de privatização foram fatores relevantes para explicar esse quadro.

Entre 2001-2003 foram os países desenvolvidos que experimentaram um maior declínio do IDE (tabela B-8), porém, diferentemente dos fluxos recebidos, os investimentos realizados pelos países desenvolvidos cresceram sob a liderança pelos Estados Unidos, Luxemburgo⁸, França e Reino Unido. A União Européia experimentou um decréscimo nos investimentos realizados (World Bank, 2004).

⁸ A posição de Luxemburgo como maior receptor e realizador de investimentos depois dos Estados Unidos deveu-se ao fato de que desde 2000 parte significativa do IDE tem entrado naquele país sob a forma de grandes operações de fusões e aquisições e refletiu as transferências de fundos entre filiais do mesmo grupo econômico localizadas em diferentes países, através da holding estabelecida em Luxemburgo. Esse país oferece condições especiais para o estabelecimento de matrizes das grandes empresas transnacionais através de isenções fiscais (ver Unctad, 2003, p. 69)

Os investimentos realizados pelo Japão caíram depois de terem atingido US\$ 38,3 bilhões em 2001 para US\$ 32,2 bilhões em 2002, US\$ 28,8 bilhões em 2003 e subiu novamente para US\$ 30,9 bilhões em 2004, num contexto de leve recuperação de sua economia e da economia global. Problemas remanescentes de seu sistema financeiro e baixo crescimento econômico nos anos 2002 e 2003 de 0,2% e 1,4%, respectivamente, foram fatores que influenciaram negativamente os planos de expansão das corporações japonesas no período.

As prioridades dos investimentos diretos japoneses entre 2000-4 sofreram algumas mudanças com a forte retração dos Estados Unidos como destino do investimento japonês, tanto em termos absolutos quanto relativos. A Europa concentrou 40% do IDE japonês, com destaque para Reino Unido (17%) e Holanda (14%), em seguida a América do Norte 22%, sendo os Estados Unidos responsáveis por esse total; Ásia (18%) manteve a participação anterior, com a China respondendo por 1/3; América Latina embora recebendo montantes menores de IDE japonês em relação à década de 90 teve sua participação aumentada para 16%, destacando-se as Ilhas Cayman (9,4%), Panamá (3,0%) e Brasil (2%) (JETRO 2005).

O setor mais importante como destino dos investimentos japoneses nesse período foi o setor de serviços, basicamente dirigidos à Europa. No entanto, a tendência é de um maior volume de IDE no setor manufatureiro na Ásia e nos Estados Unidos, com importantes investimentos anunciados pela Nissan (Unctad 2004. p. 85).

4 O PERFIL DOS INVESTIMENTOS DIRETOS JAPONESES NO BRASIL (1990-2004)

Após o esgotamento do chamado modelo de substituição de importações no Brasil em meados dos anos 70, seguiu-se um cenário de baixo crescimento econômico e de agravamento do endividamento externo com o conseqüente afastamento do país do circuito de financiamento internacional. Em meados dos anos 90, no entanto, alguns especialistas e gestores da política econômica visualizaram a existência de condições favoráveis para uma retomada do crescimento em bases mais sustentáveis. A ampliação do mercado doméstico promovida pela estabilização e pela abertura induziria investimentos capazes de impulsionar um novo ciclo de crescimento.

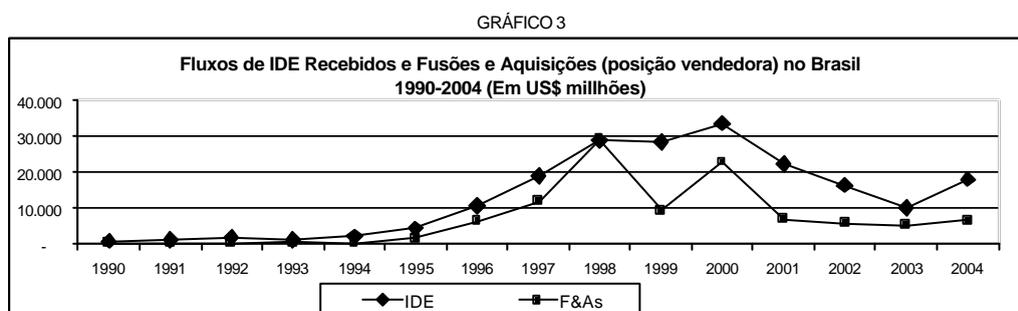
De fato, a economia brasileira passou por profundas transformações produtivas, organizacionais e patrimoniais ao longo da década de noventa, cujo um dos aspectos mais importantes foi o aprofundamento da internacionalização produtiva refletido, sobretudo, no crescente e significativo fluxo de IDE e também nos maiores fluxos comerciais⁹. A partir de 1995 o Brasil firmou sua posição de grande receptor de investimento direto externo, passado de quinto para o segundo maior dentre os países emergentes, precedido apenas pela China.

⁹ Esses fluxos comerciais, à diferença do período anterior, se caracterizaram por um crescimento mais que proporcional das importações vis-à-vis o produto industrial e as exportações, resultando em perda de market share da produção doméstica e em elevados e sistemáticos déficits comerciais. Para uma avaliação desse período com foco nos impactos do IDE sobre a economia brasileira ver Laplane, (2003) : Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil, São Paulo, Unesp.

Desde 1996 que o investimento direto externo passou a predominar sobre as demais categorias de inversões estrangeiras (em carteira, derivativos e outros investimentos), sendo observado um crescente direcionamento para as fusões e aquisições, seguindo a tendência verificada nos países desenvolvidos. Além da estabilização econômica, as chamadas “reformas estruturais” tiveram importante papel nesses desdobramentos, como os programas de desestatização que possibilitaram a participação do capital estrangeiro em setores que eram antes monopólio estatal, como as telecomunicações e energia, e através da redução na carga tributária incidente sobre esse capital. Ainda, a consolidação do Mercosul veio a estimular e reforçar a entrada de novas empresas, aumentando a capacidade produtiva das empresas já instaladas. Outras mudanças no arcabouço jurídico referente ao capital estrangeiro foram implementadas e contribuíram para a atrair vultoso volume de IDE para o país.

Analisando a evolução e as principais características dos investimentos diretos no Brasil nesse período, os dados da UNCTAD mostram que o país recebeu em 1990 quase US\$ 1 bilhão em investimento direto externo, e em 2000, esses investimentos já chegavam a US\$ 33,8 bilhões. A partir de 2001, no entanto, esses investimentos experimentaram quedas sucessivas com uma leve recuperação em 2004. O crescente volume de IDE na década de 1990 levou o Brasil a sair de uma participação nos fluxos mundiais de investimentos diretos de apenas 0,5% em 1990 para 2,4% em 2000 e, de 2,6% para 13,8% nos investimentos destinados aos países em desenvolvimento no mesmo período.

Desse modo, o Brasil ocupou o 11º lugar no *rank* dos 20 países que mais receberam investimento na década de 1990, e o segundo dentre os países em desenvolvimento. A excelente performance do país naquela década como destino dos fluxos globais de IDE esteve associada à sua mais forte inserção nas fusões e aquisições mundiais, como mostra o gráfico abaixo (gráfico 3) e aos investimentos destinados ao setor automotivo.



Fonte: UNCTAD, *World Investment Report*, vários números.
Elaboração da autora

Quanto à distribuição setorial do IDE, o Primeiro Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil realizado pelo BACEN mostrou mudanças importantes na composição setorial dos investimentos quando comparada àquela verificada nas décadas anterior-

res. Pela classificação “país de origem dos recursos”¹⁰, o crescimento do setor de serviços ultrapassou grandemente a indústria como destino dos investimentos recebidos. Ativos baratos, devido à desvalorização da moeda nacional e o processo de privatização foram fatores relevantes na explicação do crescimento desse setor como alvo de investimentos estrangeiros.

Veja-se que em 1980, a participação da indústria de transformação no estoque de IDE foi de aproximadamente 74% contra menos de 20% do setor terciário. A distribuição do estoque de IDE em 1995 foi um pouco diferente com 55% dirigidos à indústria contra 43% dos serviços. Entre 1996-2000, a distribuição dos fluxos acumulados de IDE já era muito diversa dos anos 80 com o setor de serviços contabilizando uma participação média de 80%, contra 18% da indústria (tabela B-9).

A importância dos serviços nos fluxos de IDE foi grandemente influenciada pela abertura dos setores de infra-estrutura (telecomunicações, e distribuição de energia), e do sistema financeiro aos investidores estrangeiros¹¹. Isso levou várias corporações transnacionais do setor (basicamente Espanha e Portugal) a incluir o Brasil nas suas estratégias de expansão. Segundo os dados da UNCTAD (1999), o Brasil recebeu em 1998 cerca de US\$ 16,5 bilhões com a privatização do Sistema de Telebrás (o volume de IDE foi de US\$ 28,4 bilhões). Isso colocou o Brasil na lista dos países mais envolvidos nos mega acordos internacionais (*mega deals*).

A retração da indústria como o maior setor de destino dos investimentos diretos no Brasil foi uma característica marcante do IDE nos anos 90. Esse comportamento refletiu o redirecionamento das estratégias das corporações transnacionais de acessar o mercado brasileiro, como resposta às mudanças ocorridas na política macroeconômica e no quadro legal e institucional que rege a entrada de capitais externos no país.

Quanto à origem dos investimentos diretos recebidos pelo Brasil na década de 90, os Estados Unidos permaneceram o maior investidor no país. Mas houve mudanças importantes, com o aumento das participações da Espanha e Portugal e queda da participação da Alemanha, Japão e Suíça que não aparecem entre os principais investidores no Brasil entre 1996-2000 (gráfico 4).

Nesse contexto, observa-se que o investimento direto oriundo do Japão apresentou variações ao longo do tempo. Nas décadas de 60 e 70 houve um *boom* de investimentos japoneses voltados para os grandes projetos de exploração de recursos naturais (JBIC, 2005). Nesse período, o Japão foi o terceiro investidor externo no país e o segundo mercado individual para as exportações brasileiras, o que leva a afirmação de que essas exportações estiveram determinadas pelos investimentos diretos japoneses na economia brasileira¹².

10 Esta classificação do IDE refere-se ao registro do investimento direto pelo país onde está a empresa declarante (de origem dos recursos) e não corresponde, necessariamente, ao país da empresa controladora ou beneficiária final (Ver Nota metodológica em anexo).

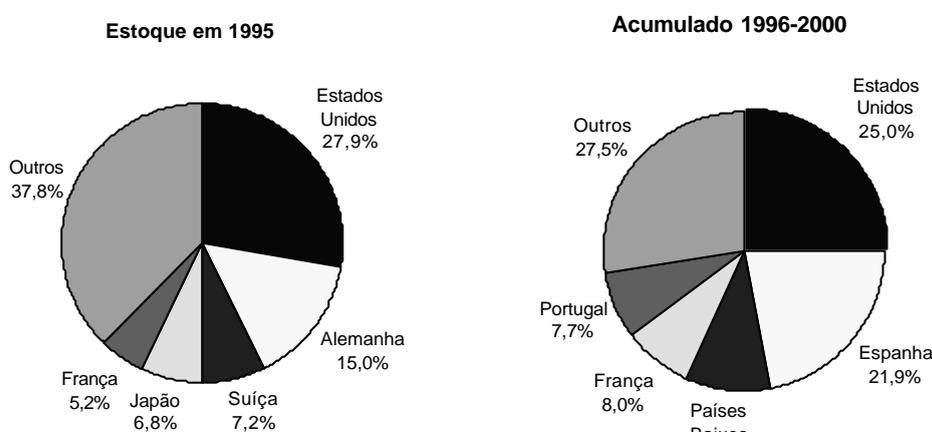
11 Para detalhamento do processo de privatização no Brasil, consultar o trabalho de Cano (2003)

12 Tratava-se de priorizar a produção de insumos industriais vitais para a economia japonesa e a realocação dos chamados “sunset industries”, cujos elevados gastos em energia, mão-de-obra e impacto ambiental não permitiriam que a produção Japão tivesse competitividade. Com a crise dos anos 80, o Brasil deixa de ser atrativo para os interesses japoneses (Oliveira, 1999).

Até 1985 o Japão havia contabilizado US\$ 2,3 bilhões em IDE no Brasil, uma participação de 9,2% no total recebido pelo país, sendo o terceiro maior investidor com 75% de seus investimentos na indústria de transformação brasileira. Em 1995 o estoque de IDE japonês no Brasil era de US\$ 2,6 bilhões, caindo o Japão para a posição de quinto maior investidor no país.

Os dados relativos aos investimentos diretos japoneses no Brasil têm gerado alguns questionamentos devido a problema de aferição do país de origem. Argumenta-se que ao registrar um investimento direto no Brasil como de origem norte-americana, por exemplo, esteja-se computando também investimentos das filiais japonesas que operam nos Estados Unidos, atribuindo a este último montantes de investimentos diretos que, na verdade, seriam de origem japonesa.

GRÁFICO 4
Estoque de Investimento Direto no Brasil, 1995
Distribuição por país de origem dos recursos (%)



Fonte: Banco Central do Brasil/Censo de Capitais Estrangeiros, 1995 e Nota para a Imprensa Set/2003
Elaboração da autora

A realização dos dois Censos de capitais estrangeiros no Brasil pelo Bacen para os anos de 1995 e 2000 procurou contornar esse e outros problemas de modo a melhorar as estatísticas do investimento direto no país. Assim sendo, foram instituídos 2 tipos de classificação do IDE, um por país da empresa que registra o investimento “origem dos recursos” e outra pelo critério do beneficiário final, ou da empresa controladora, denominado “país da holding”. Para as análises do IDE japonês no Brasil nos anos noventa, utiliza-se neste texto esta última classificação com o intuito de contornar os problemas supracitados, reduzindo inclusive, os problemas de contabilização de investimentos oriundos de “paraísos fiscais”. Porém, as referências feitas a dados de IDE anteriores aos Censos, assim como as análises para o período 2001-2004 têm como base a primeira classificação¹³ (Ver Nota Metodológica em anexo).

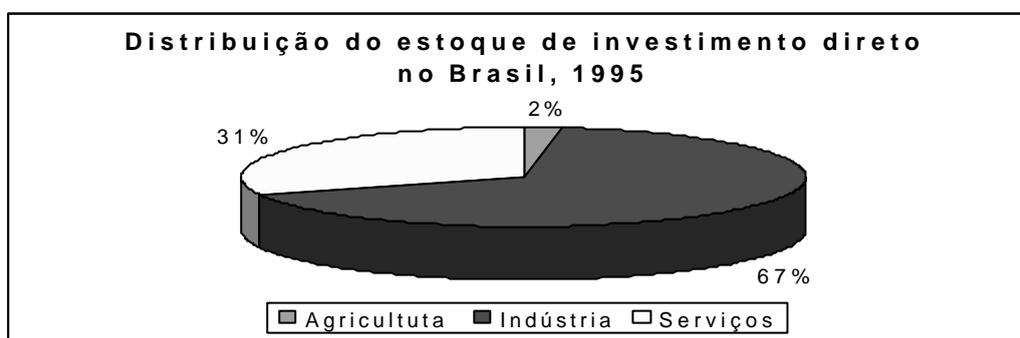
Analisando o Censo de 1995 pela classificação “país da holding”, observa-se que o Brasil havia acumulado até aquele ano um estoque de US\$ 41.695 milhões em investimento direto externo. Por esse critério, o Japão ocupou a 4ª posição (e não a

13 O terceiro Censo de Capitais Estrangeiros com data-base 2005 ainda está sendo realizado e, portanto ainda não se encontra disponível, impedindo por enquanto a análise do IDE japonês no Brasil pelo critério da “Holding” para os anos mais recentes.

quinta, como indicada pelo critério “país de origem dos recursos” no gráfico anterior) dentre os países que mais investiram no Brasil até 1995, contabilizando uma participação de 6,3% (US\$ 2.641 milhões), sendo precedido por economias como a dos Estados Unidos, Alemanha e França cujas participações foram de 27,6%, 15,5% e 6,8%, respectivamente (tabela B-10). Nesse ano a participação do Brasil no estoque de investimento direto japonês no exterior foi de 1,1%.

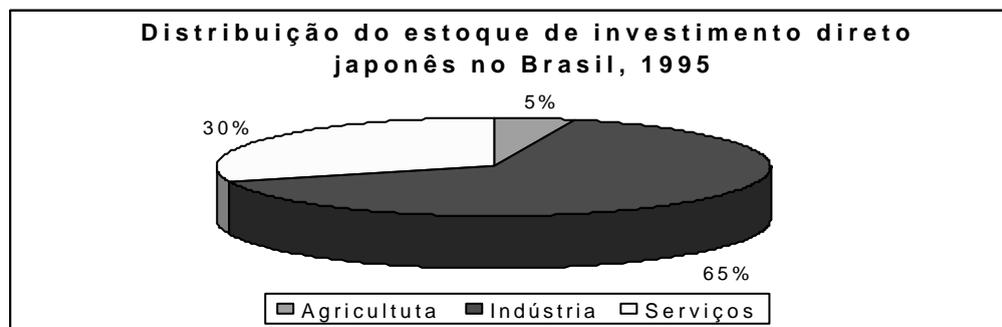
A distribuição setorial do estoque de IDE no Brasil naquele ano mostrou que a indústria teve a maior participação, concentrando 67% dos investimentos totais o que correspondeu à cerca de US\$ 27.907 milhões; a agricultura acumulou US\$ 925 milhões e os serviços US\$ 12.863 milhões, com participações de 2,2%, e 31%, respectivamente¹⁴. Os investimentos japoneses também mostraram o mesmo perfil quando, com a maior parte de seus recursos sendo destinada à indústria (65%), vindo em seguida os setores de serviços (30%) e a agricultura (5%) (gráficos 5 e 6).

GRÁFICO 5



Fonte: Bacen/Decec
Elaboração da autora

GRÁFICO 6



Fonte: Bacen/Decec
Elaboração da autora

Dentro da indústria os investimentos japoneses concentraram-se em metalurgia básica (32%), fabricação de produtos químicos (12,2%), fabricação de material elétrico e de aparelhos e equipamentos de comunicações (10%), fabricação de produtos têxteis (8,5%), fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (8,2%), fabri-

¹⁴ Veja-se que essas participações divergem quando o critério utilizado é a “origem dos recursos” com a indústria, por exemplo, absorvendo, 55% (tabela B-7)

cação de máquinas e equipamentos (8%) e fabricação de produtos alimentícios e bebidas (5%). Nos serviços destacaram-se os serviços prestados às empresas (33%), intermediação financeira (28%) e comércio por atacado e intermediação do comércio (12%). No caso da agricultura destacaram-se até meados dos anos 90 os sub-setores “agricultura e pecuária” (46%) e extração de minerais metálicos (44%).

A distribuição regional do total de investimento direto recebido pelo Brasil em 1995 indicou uma forte concentração na região Sudeste que respondeu por 88% do total, o Sul por 5,5% e o Nordeste por 4%, mesmo utilizando-se o critério de distribuição pelo “maior imobilizado”¹⁵. Nessa direção, o destino espacial dos investimentos japoneses no Brasil segundo esse critério mostrou uma concentração importante em São Paulo (53,6%), Pará (17%), Minas Gerais (12%), Rio de Janeiro (5%) e Amazonas (4%) (gráfico 7).

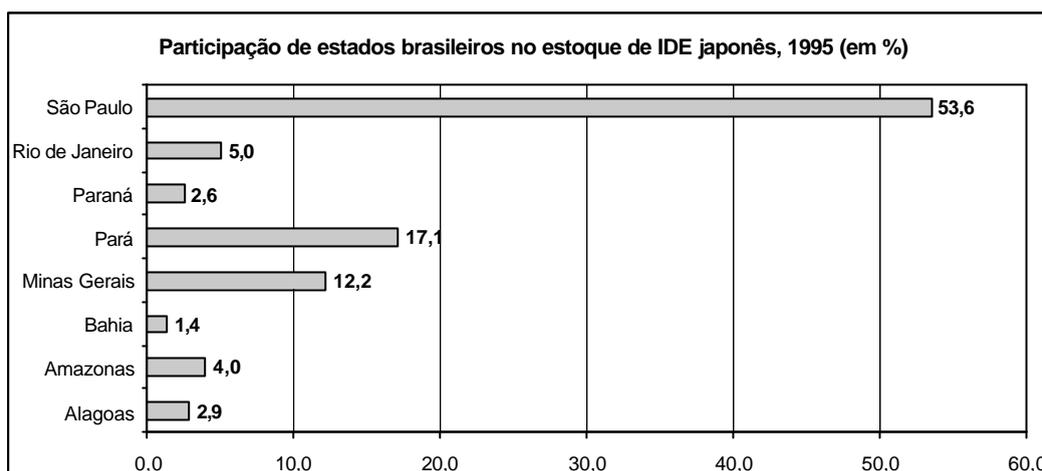
Esses dados podem esconder, no entanto, a importância dos investimentos japoneses nos estados com participações menores nesses investimentos, como é o caso do estado da Amazônia que apesar de ser alvo de apenas 4% dos investimentos japoneses, estes contabilizaram até meados da década de 90 quase metade do total de investimentos diretos externos recebidos por aquele estado. Um outro exemplo é o de Alagoas que recebeu 3% dos investimentos japoneses no Brasil, mas que tal montante respondeu por 40% do total dos investimentos diretos recebidos pelo estado.

Ao final dos anos 90 podem-se observar mudanças importantes com relação ao perfil do investimento direto externo no Brasil como resultado daqueles fatores de atração mencionados anteriormente. As análises dos dados do Censo de Capitais Estrangeiros de 2000¹⁶ mostram que o Brasil havia multiplicado por quase duas vezes e meia o estoque de IDE em sua economia em relação a 1995, passando para de US\$ 41.695 bilhões para um total de US\$ 103.014 milhões.

¹⁵ Dados obtidos por meio de consolidação segundo a localização da maior parcela do imobilizado da entidade, evitando, portanto, a distribuição do IDE pelo endereço da sede da empresa receptora, o que diminui o viés “sudeste” (ver Nota Metodológica em anexo).

¹⁶ Número de declarantes: 11.404

GRÁFICO 7



Fonte: Censo de Capitais Estrangeiros, 1995 (data-base), Bacen/Decec

Nota: Número de declarantes: 6.312

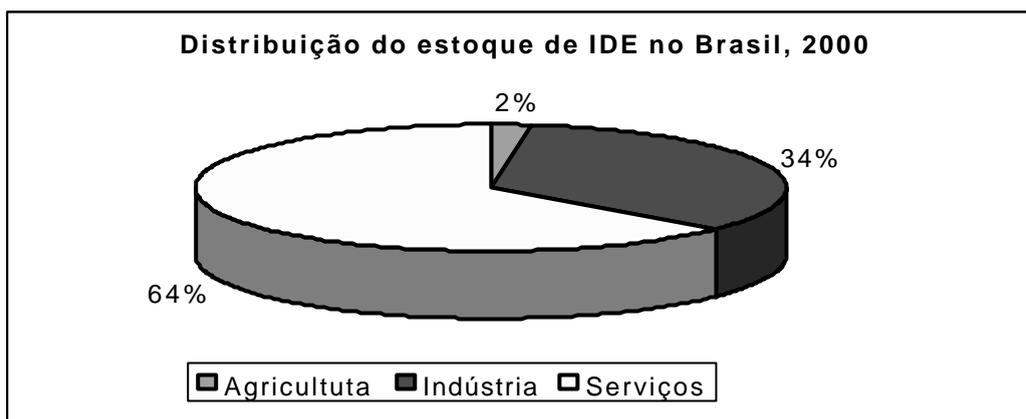
Elaboração da autora

Durante esse mesmo período, os investimentos oriundos do Japão permaneceram nos mesmos níveis, US\$ 2.510 milhões, frente a um estoque de US\$ 2641 milhões em 1995, contudo, o país perdeu posição em relação a outros investidores, deixando de ser o 4º maior investidor no Brasil para ser o 9º, com uma participação de apenas 2,4% no total de IDE (frente aos 6,3%), descontados os paraísos fiscais. Lideraram a lista, países como Estados Unidos, Espanha, Países Baixos, França, Alemanha, Portugal, Itália e Reino Unido que juntos responderam por 71% dos investimentos diretos do período (tabela B-11). A participação do Brasil no estoque de investimento direto japonês no exterior foi de menos de 1% no ano de 2000.

Quanto à distribuição setorial do estoque total IDE recebido pelo Brasil em 2000 foi bastante diferente daquela verificada em meados dos 90. Os serviços desponderam como o maior setor de destino absorvendo 64%, a agricultura cerca de 2,3% e a indústria 33,7%, invertendo completamente o quadro de 1995 (compare-se o gráfico 5 com o gráfico 8, abaixo). Apesar dessas novas tendências, nota-se que o destino setorial dos investimentos japoneses continuou privilegiando a indústria ainda que com uma participação menor: 56,4% frente aos 65% de 1995. Os serviços foram responsáveis por 33% e a agricultura quase dobrou sua participação de 5% para 9,8%, entre 1995-2000, dados de estoque (gráfico 9).

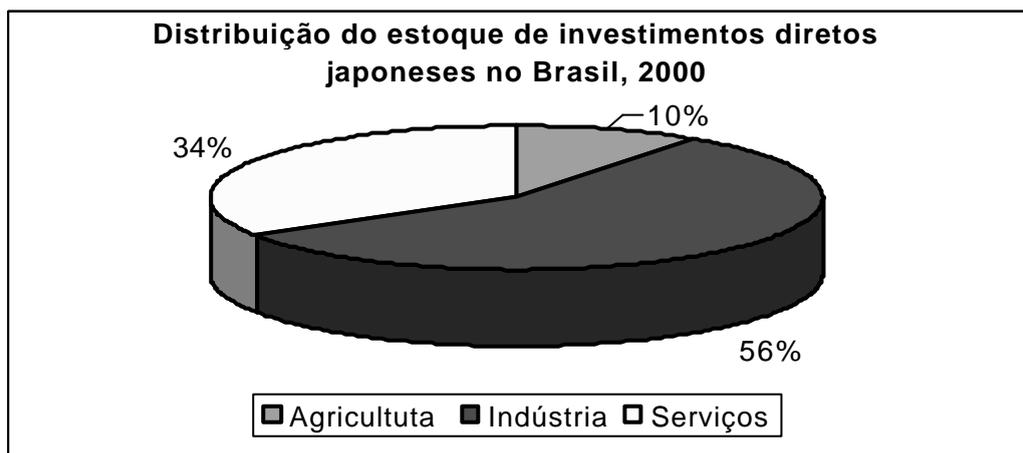
Dentro da indústria, o IDE japonês destinou-se aos os sub-setores de metalurgia básica (25,4%), fabricação e montagem de veículos automotores (14,3%), fabricação de material eletrônico e equipamentos de comunicação (9,8%), fabricação de produtos químicos (9,1%) e fabricação de produtos têxteis (6,8%). No setor de serviços, destacam-se correios e telecomunicações (32%) e intermediação financeira (25,7%) e comércio atacado e intermediação de serviços (13%). No que se refere à agricultura a extração de minerais não metálicos contabilizou uma participação de 55,6% e as atividades de extração de petróleo e serviços relacionados, 30%.

GRÁFICO 8



Fonte: Bacen/Decec
 Elaboração da autora

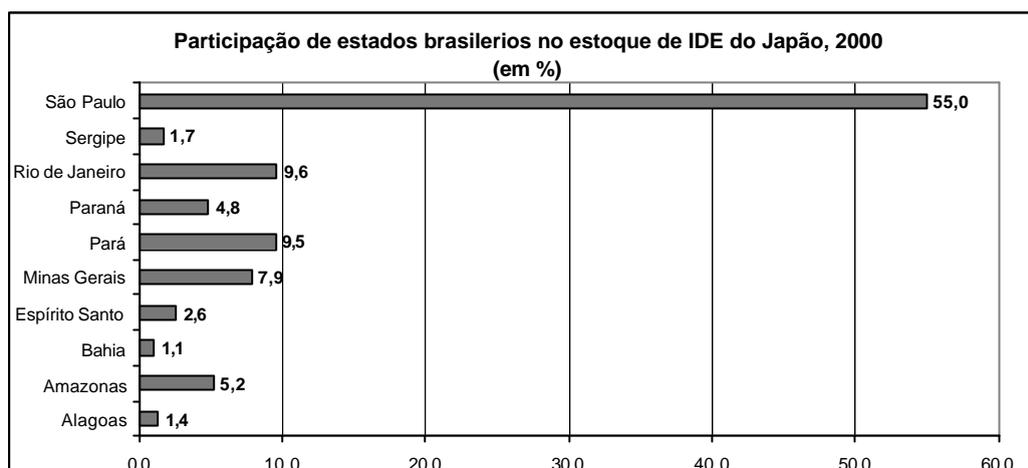
GRÁFICO 9



Fonte: Bacen/Decec
 Elaboração da autora

Com relação à localização geográfica dos investimentos japoneses no Brasil, em termos de estoque no ano de 2000 (Gráfico 10), São Paulo teve uma participação de 55%, sendo seguido por Rio de Janeiro (9,6%), Pará (9,5%), Minas Gerais (7,9%) e Amazonas (5,2%). O investimento direto japonês para alguns estados teve um peso importante, veja-se que dos investimentos diretos externos totais recebidos pelo Estado de Sergipe, 89% tiveram como origem o Japão, embora na distribuição dos investimentos japoneses este estado tenha tido uma participação de apenas 1,7%.

GRÁFICO 10



Fonte: Censo de Capitais Estrangeiros, 2000 (data-base), Bacen/Decec

Nota: Número de declarantes: 11.404

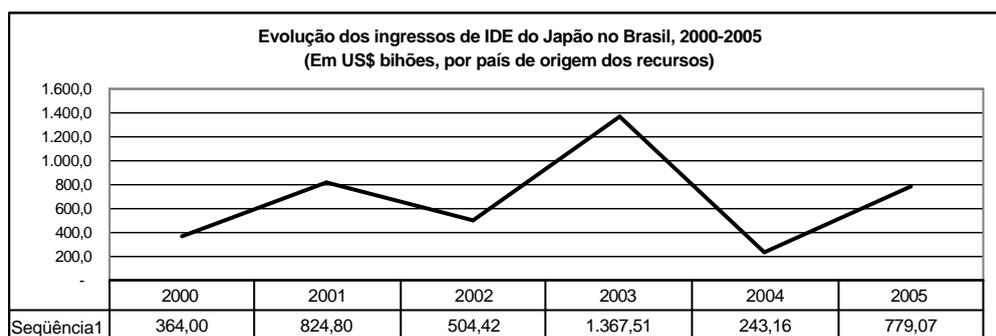
Elaboração da autora

4.1 TENDÊNCIAS RECENTES: 2001-2004

A partir de 2001 os dados sobre o capital estrangeiro no Brasil foram divulgados segundo o país de origem dos recursos e não mais segundo a classificação que utilizamos para a análise da década de noventa (“país da holding”). Levando-se em conta essa restrição, os dados de fluxos mostram que o Brasil recebeu um volume bem menor de IDE: US\$ 21,1 bilhões em 2001, US\$ 18,7 bilhões em 2002; US\$ 12,9 em 2003; voltou a crescer com US\$ 20,2 bilhões e US\$ 21,6 bilhões em 2005.

No que se refere aos investimentos japoneses entre 2001-2005, pode-se dizer que estes apresentaram um movimento oscilante: declinaram em 2001 e 2002 (US\$ 825 e US\$ 504 milhões, respectivamente) e subiram fortemente em 2003 para US\$ 1.368 milhões, caíram para US\$ 243 milhões em 2004 e voltaram a subir em 2005 para US\$ 779 milhões (gráfico 11). Esse quadro implicou também em oscilações quanto à participação dos investimentos diretos japoneses no total de IDE recebido pelo país (tabela B-11), mexendo com sua posição em relação a outros investidores. Em termos acumulados o Japão somou US\$ 3.722 milhões em IDE no Brasil, uma participação média de 4% no total recebido pelo país no período.

GRÁFICO 11



Fonte: DECIC/BACEN (Tabulações especiais)
Elaboração da autora

O perfil setorial desses investimentos japoneses mostrou variações. O Japão que tradicionalmente sempre investiu majoritariamente na indústria de transformação brasileira, em 2003 e em 2005 concentrou suas inversões, respectivamente nas atividades extrativas (61%) e nos serviços (65%). Observe-se detalhadamente o quadro setorial ano a ano.

Em 2001 o Brasil recebeu do Japão US\$ 826 milhões dos quais 82% foram dirigidos à indústria de transformação brasileira (tabela B-13). Destacam-se as atividades de fabricação de material eletrônico e equipamentos de comunicação (41%), fabricação e montagem de veículos automotores (31%), fabricação de produtos químicos (5,6%) e fabricação de máquinas e equipamentos (4,6%). Os serviços somaram menos que 7% do total e a agricultura menos de 1%.

Em 2002 os investimentos japoneses somaram US\$ 504 milhões, sendo que 78% desse total ficaram concentrados na indústria de transformação com 78%. Os serviços apresentaram um incremento aumentando sua participação para 19%, com maior peso para as atividades de intermediação financeira (7%) e comércio e reparos de veículos (4,3%) e aluguel de veículos, máquinas e equipamentos (4%). As atividades industriais de maior destaque foram as mesmas do ano anterior.

No ano de 2003 houve um grande aumento significativo nos investimentos japoneses dirigidos ao Brasil: US\$ 1.368 milhões, o que elevou a posição do Japão no *rank* dos maiores investidores na economia brasileira para o 3º lugar respondendo por 11% dos investimentos diretos recebidos pelo país. Esse salto deveu-se ao grande volume de recursos dirigidos às atividades de extração de minerais metálicos que absorveu 60% do total investido, vindo em seguida as atividades de fabricação de material eletrônico e equipamentos de comunicação com 18%. Isso marca uma grande diferença em relação ao perfil tradicional de alocação do investimento direto japonês nos setores da economia brasileira.

Em 2004 e 2005 o Brasil recebeu US\$ 243 milhões e US\$ 779 milhões de investimentos diretos oriundos do Japão, respectivamente. A distribuição setorial desses investimentos diferiu de um ano para o outro. Em 2004, 80% desses investimentos dirigiram-se para a indústria de transformação e 18% para os serviços. Metalurgia básica, fabricação de produtos químicos e fabricação de outros equipamentos de transportes lideraram nesse setor somando uma participação de 51% do total em 2004. No ano seguinte a dominância foi para o setor de serviços com 65%, destacando-se o

setor de seguros e previdência privada com uma participação de 54% do total recebido pelo país, ficando a indústria com cerca de 35%.

5 ÁREAS DE POTENCIAL INTERESSE PARA O INVESTIDOR JAPONÊS NO BRASIL

O Governo brasileiro vem realizando esforços no sentido de atrair mais investimentos diretos para o Brasil. Nesse sentido, o investidor que tenha interesse em investir no país deve conhecer as diretrizes da política de atração de IDE cujos eixos principais são os setores prioritários da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e as Parcerias Público-Privadas (PPPs)

1) Setores prioritários da PITCE:

- Semicondutores
- Software
- Bens de Capital
- Fármacos
- Biomassa: [Portal do Biodiesel](#)

2) PPPs

Nos últimos anos, o setor público, em diversos países, premido pela necessidade de viabilizar investimentos em contexto de restrição fiscal, encontrou nos arranjos de parceria público-privada o mecanismo eficiente na provisão de serviços públicos. No Brasil, após um ano de tramitação legislativa e intenso debate público propiciado por Governo, parlamentares e pela sociedade em geral, a Lei das Parcerias Público-Privadas - PPP foi sancionada em 30 de dezembro de 2004 (Lei nº 11.079). O texto da Lei incorporou conceitos aplaudidos pela experiência internacional e garante que as parcerias público-privadas sejam um instrumento efetivo na viabilização de projetos fundamentais ao crescimento do País.

Detalhamentos sobre as áreas prioritárias desses dois eixos podem ser encontrados no seguinte link: <http://investimentos.desenvolvimento.gov.br/> .

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fluxos globais de investimento direto externo a partir de meados dos anos 80 experimentaram um forte dinamismo, liderado pelas fusões e aquisições transfronteiras entre os principais países desenvolvidos. O Japão nesse contexto foi o maior investidor internacional. Suas prioridades estiveram, no entanto, voltadas para os Estados Unidos, Europa e países asiáticos. Para a América Latina seus investimentos declinaram em relação às décadas anteriores, especialmente para o Brasil que contou com apenas 1/10 do investimento direto destinados a região. O menor presença do Brasil no IDE do Japão resultou de uma conjunção de fatores.

Do lado do Japão, as estratégias de suas corporações de acessar os mercados americanos e europeus via IDE, frente à pressão para redução do superávit comercial do Japão com os Estados Unidos e diante da possibilidade de protecionismo do Mercado Único Europeu; e a necessidade de aprofundar as relações intra-asiáticas no setor manufatureiro reorientaram as estratégias de localização do investimento direto japonês no globo, num momento em que o Brasil experimentava um baixo crescimento econômico e crise na dívida externa.

Nos anos 90 quando os fluxos de IDE crescem a uma velocidade surpreendente, a evolução do IDE japonês no exterior passa por 3 fases distintas, condicionadas pelo baixo crescimento da economia japonesa durante toda a referida década. Caem seus investimentos no início da década, influenciado pela recessão econômica, recuperam-se ligeiramente entre 1993-1997 e voltam a cair em 1998-99, num contexto da crise financeira asiática que debilita suas grandes corporações, principalmente as do setor de serviços. Ou seja, o investimento direto japonês não acompanha o ritmo de crescimento dos investimentos no exterior das principais economias desenvolvidas. É durante esta década que o Brasil recebe volumes crescentes de investimentos estrangeiros, com grande peso para as fusões e aquisições e para o setor de serviços, mas os investimentos japoneses para o país estacionam.

É importante notar ainda que nos 90 ocorre uma reorientação no IDE japonês no mundo tanto em termos de localização geográfica quanto setorial, com as corporações japonesas concentrando seus investimentos nos Estados Unidos e crescentemente na Ásia, tendo a China com principal pólo de atração. As corporações japonesas passam a focar mais nos investimentos em manufaturas (na década de 80 foram os serviços) na Ásia para aprofundar seu *regional core networks* e através de da instalação de novas plantas produtivas, embora tenham se envolvidos nas grandes fusões e aquisições no final da década.

O período compreendido entre 2001-2004 os investimentos japoneses passaram a privilegiar a Europa (com retração dos Estados Unidos) e permaneceram fortes na Ásia. Para a América Latina houve uma recuperação de investimentos, porém para o Brasil esses investimentos continuaram baixos, à exceção do ano de 2003 em que os investimentos japoneses no mundo caem, mas aumentam para o Brasil.

O perfil do IDE japonês no Brasil entre 1990-2004 mostrou um certo padrão em termos setoriais, embora com variações em termos de volume. Os investimentos japoneses estiveram historicamente concentrados na indústria de transformação brasileira, e só no período mais recente é que se observa uma inclinação para aumento no setor de serviços. Os principais sub-setores de destino dos investimentos diretos japoneses até 2000 foram: a metalurgia básica, fabricação de produtos químicos, fabricação de material elétrico e de aparelhos de comunicação, fabricação e montagem de veículos automotores e fabricação de produtos têxteis.

Nos serviços sobressaem-se os serviços prestados a empresas, intermediação financeira e comércio por atacado e as atividades de correios e telecomunicações. No setor primário tem se destacado a agricultura, a extração de minerais não metálicos, assim como as atividades de extração de petróleo.

Os anos de 2003 e 2005 foram anos que mostraram um perfil setorial distinto, com um maior concentração da agricultura e dos serviços como destino preferido do IDE, respectivamente. No caso dos serviços, sobressaiu-se o sub-setor de seguros e previdência privada contou com a maior fatia de IDE oriundo do Japão. Em 2003 destacou-se a extração de minerais metálicos.

Em linhas gerais pode-se dizer que o perfil do IDE japonês no Brasil tanto em termos de volume quanto de vocação setorial tem refletido a interação existente entre as estratégias das corporações japonesas de acessar os mercados mundiais, dentro de certas condicionalidades dadas pela dinâmica de sua economia doméstica, e o quadro institucional montado pelo Brasil para receber esses investimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Censo de capitais estrangeiros**. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Censo de capitais estrangeiros. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>.
- BARROS, O. (1993) **Oportunidades abertas para o Brasil face aos fluxos globais de investimento de risco de capitais financeiros nos anos 1990**. Relatório de pesquisa (MICT/FINEP/PADCT), Campinas, 1993.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **World economic outlook: asset prices and the business cycle**. Washington, D.C.: IMF, 2000.
- _____. Financial sector consolidation in emerging markets. In: **International capital markets: developments, prospects and key policy issues**. Washington, D.C.: IMF, 2001a, p. 5-7.
- _____. **International financial statistics yearbook**. Washington, D.C.: IMF, 2001b.
- _____. **World Economic Outlook** Washington, D.C.: IMF, 2003.
- _____. **World Economic Outlook** Washington, D.C.: IMF, 2005.
- JAPAN EXTERNAL TRADE ORGANIZATION (JETRO). **White Paper on Japan's Foreign Direct Investment**. Tokyo: JETRO, 1998.
- JAPAN EXTERNAL TRADE ORGANIZATION (JETRO). **White Paper on Japan's Foreign Direct Investment**. Tokyo: JETRO, 2000
- JAPAN EXTERNAL TRADE ORGANIZATION (JETRO). **White Paper on Japan's Foreign Direct Investment**. Tokyo: JETRO, 2005
- JAPAN MINISTRY OF FINANCE (MOF) "Statistics for Japan's inward and outward FDI, MOF Policy Research Institute Monthly Finance Review, 2005
- SILVA, Luciana Acioly (2006): "Tendências dos fluxos globais de investimento direto externo". **Texto para discussão** | 1192 | jun. 2006 **ipea**. Brasília.
- UNITED NATIONS (ECLAC). Foreign Investment in Latin America and the Caribbean. Santiago/Chile, 2004.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (Unctad), 2004. **Trade and Development Report 2003: Capital Accumulation. Growth and Structural Change**. United Nations, New York/Geneva, 2004.
- _____. **World Investment Report 1991: The Triad in Foreign Direct Investment**. New York/Geneva: United Nations, 1991.
- _____. **World Investment Report 1993: Transnational Corporations and Integrated International Production**. New York/Geneva United Nations, 1993.
- _____. (1995) **World Investment Report 1995: Transnational Corporations and Competitiveness**. New York/Geneva: United Nations, 1995.
- _____. **World Investment Report 1996: Investment, Trade and International Policy Arrangements**. United Nations, New York/Geneva: United Nations, 1996
- _____. **World Investment Report 1997: Transnational Corporations, Market Structure and Competition Policy**. New York/Geneva: United Nations, 1997.

_____. **World Investment Report 1998:** Trends and Determinants. United Nations, New York / Geneva: United Nations, 1998.

_____. **World Investment Report 1999:** Foreign Direct Investment and The Challenge of Development. New York/Geneva: United Nations, 1999.

_____. **World Investment Report 2000:** Cross-border Mergers and Acquisitions and Development. New York/Geneva: United Nations, 2000.

_____. **World Investment Report 2001:** Promoting Linkages. New York/Geneva: United Nations, 2001.

_____. **World Investment Report 2002:** Transnational Corporations and Export competitiveness. New York/Geneva: United Nations, 2002.

_____. **World Investment Report 2003:** FDI Policies for Development: National and international Perspectives. New York/Geneva: United Nations, 2003.

_____. **World Investment Report 2004:** The Shift Towards Services. New York/Geneva: United Nations, 2004.

_____. **World Investment Report 2005:** Transnational Corporations and Internationalization of R&D. United Nations, New York/Geneva: United Nations, 2005.

WORLD BANK. **World Development Report 2005.** Washington, D.C.: World Bank, 2004.

ANEXO A

NOTA METODOLÓGICA

Os dados utilizados neste trabalho para a análise do investimento direto japonês no Brasil tiveram como principal fonte os registros do Banco Central do Brasil. Esta instituição realizou dois Censos de Capitais Estrangeiros, um com data-base em 1995 e outro com data-base em 2000 cujos resultados permitem um maior detalhamento e precisão de aspectos relevantes à análise do capital estrangeiro no país. Além dessa fonte de dados, o Bacen disponibiliza regularmente dados de investimentos estrangeiros no Brasil, porém com cortes mais gerais.

Com relação aos censos é importante se fazer algumas considerações de ordem conceitual que ajudam a esclarecer os termos e a análise constante colocados no trabalho.

- 1) No que tange à participação indireta de não-residentes em instituições no País, foi definido que essa participação seria aferida pela propriedade de ações ou quotas do capital social, nas proporções consideradas no investimento direto, por entidades sediadas no País, cuja composição societária incluísse pessoas não-residentes ou pessoas residentes que contavam com participação de não-residentes em seu capital social. *Com esse critério, procurou-se alcançar o segmento produtivo final a que se destina o capital estrangeiro, ainda que recebidos no País por meio de holdings.*
- 2) No que tange às instituições receptoras de investimentos estrangeiros, o Censo instituiu a obrigatoriedade de resposta àquelas com participação direta ou indireta de não-residentes em seu capital social de, *no mínimo, 10% das ações ou quotas com direito a voto ou 20% de participação direta ou indireta no capital total*, corte este consistente com a definição do Fundo Monetário Internacional (FMI).
- 3) Quanto à participação indireta de não-residentes em instituições no País, foi definido que essa participação seria aferida pela propriedade de ações ou quotas do capital social, nas proporções consideradas no investimento direto, por entidades sediadas no país, cuja composição societária incluísse pessoas não-residentes ou pessoas residentes que contavam com participação de não-residentes em seu capital social. *Com esse critério, procurou-se alcançar o segmento produtivo final a que se destina o capital estrangeiro, ainda que recebidos no País por meio de holdings.*
- 4) No que se refere à composição do capital, os censos contabilizaram a especificação as participações diretas em outros empreendimentos e a distribuição do ativo *imobilizado por unidade da federação e no exterior, se houver, de modo a se obter um indicativo da UF beneficiária final* (onde fica a maior parcela do imobilizado).
- 5) Quanto ao enquadramento do IDE por ramo de atividade, este foi realizado com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), empregada também pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando as principais *atividades econômicas desenvolvidas*.

Para a análise dos anos mais recentes (2001-2005) foram utilizados dados disponibilizados regularmente sobre IDE no Brasil, assim como tabulações especiais fornecidas pelo Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e de Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais (Decic/Bacen), a partir dos dados de distribuição por atividade econômica de aplicação dos recursos. Isto é, dados de origem dos recursos onde a empresa está registrada e não por “país da holding” como no caso dos Censos.

ANEXO B

TABELAS

TABELA B-1
Taxa de crescimento: IDE realizado,
exportações e produto mundial, 1983-2000

Categoria	Taxa de crescimento (%)			
	1983-89*	1990-2000	1993-2000	2001-2003
IDE Realizado	28,9	18,8	28,5	(18,0)
Exportações Mundiais	9,4	7,0	6,5	2,8
Produto Mundial	7,8	4,0	3,6	3,2

Fonte: FMI: World Economic Outlook, may 2002; sep. 2004

*UNCTAD: World Investment Report, 1991 e 2004

Elaboração da autora

TABELA B-2
Composição dos fluxos globais do Investimento Direto Externo, 1979; 1985-2003

Categoria	Em US\$ bilhões													
	1988	1990	1992	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
IDE (realizado)	177,6	242,5	201,5	287,2	356,6	395,7	476,9	683,2	1.096,6	1.200,8	711,4	647,4	612,2	730,3
F&As														
Transfronteiras	115,6	150,5	79,2	127,1	186,6	227,0	304,8	531,6	766,0	1.143,8	593,9	369,8	296,9	380,6
F&As acima de US\$ 1bi	49,6	60,9	21,3	50,9	80,4	94,0	129,2	329,7	500,8	865,7	378,0	208,9	141,1	189,0
No. de acordos	22	33	10	24	36	43	64	86	109	175	113	81	56	75

Fonte: UNCTAD, World Investment Report 2003 e 2004 para o ano de 2003

Elaboração da autora

TABELA B-3
Distribuição do Estoque Setorial de IDE 1988 e 1999

1988						
Setores	Países Desenv. (%)	Países em Desenv. %				Mundo (%)
		Todos	África	Ásia	A.L.	
		Primário	10,3	13,7	51,8	
Secundário	39,4	65,0	20,8	68,9	65,8	42,4
Terciário	46,9	20,0	27,4	17,1	24,6	43,9
1999						
Setores	Países Desenv. (%)	Países em Desenv. %				Mundo (%)
		Todos	África	Ásia	A.L.	
		Primário	5,7	5,4	13,6	
Secundário	36,4	54,5	43,4	60,2	32,8	41,6
Terciário	55,5	37,3	42,9	33,6	52,2	50,3

Fonte: UNCTAD, World Investment Report 2001, pag. 259

Elaboração da autora

TABELA B-4

Fluxos de Investimento Direto Externo realizados pelas cinco maiores economias, 1985-1989

	1985	1986	1987	1988	1989	1980-1984	1985-1989
	(US\$ bilhões)					(Porcentagem)	
França	2,2	5,4	9,2	14,5	19,4	6,0	8,0
Alemanha	5,0	10,1	9,2	11,2	13,5	7,4	7,8
Japão	6,4	14,5	19,5	34,2	44,2	8,9	18,8
Reino Unido	11,1	16,5	31,1	37,0	32,0	19,4	20,2
Estados Unidos	8,9	13,8	28,0	13,3	26,5	28,1	14,3
Total	33,7	60,2	97,1	110,2	135,6	69,8	69,1
Países desenv.	52,1	84,7	132,6	155,4	187,1	98,4	96,8
Países em desenvol.	1,2	1,7	2,4	5,9	8,9	1,6	3,2
Todos os países	53,3	86,5	135,0	161,3	196,1	100,0	100,0

Fonte: UNCTAD, *World Investment Report*, 1991, pág. 10.

Elaboração da autora

TABELA B-5

Investimento Direto Externo Intra-Tríade, 1988

Origem	Destino	Total (US\$ bi)	cresc. anual (%) 1980-1988	
			Estoque	Fluxo
CE	Estados Unidos	193	19,3	84,5
Japão	Estados Unidos	53,4	35,5	102,2
Estados Unidos	CE	131,1	6,3	24,3
Japão	CE	12,5	22,3	46,0
Estados Unidos	Japão	17,9	14,1	36,1
CE	Japão	1,7	19,8	46,0

Fonte: Unctad: "World Investment Report", 1991

Elaboração da autora

TABELA B-6

PIB a preços constantes dos principais países desenvolvidos, 1990-2004

Países/Região	Taxa média de crescimento						
	1990-1994	1995-2000	2001	2002	2003	2004	2001-04
Mundo	3,4	3,8	2,2	2,8	4,0	5,1	3,5
Países Desenv.	2,2	3,2	1,3	2,1	2,0	3,4	2,2
Estados Unidos	2,2	3,9	1,3	2,2	3,0	4,4	2,7
Japão	2,1	1,3	-0,5	0,2	1,4	2,6	0,9
Países da UE	1,6	2,6	1,6	1,1	1,2	2,5	1,6
Alemanha	2,8	1,8	0,8	1,8	-1,0	1,7	0,8
França	1,2	2,5	2,0	2,1	0,5	2,3	1,7
Itália	1,1	2,1	1,8	2,0	2,0	2,5	2,1
Reino Unido	1,2	2,8	2,0	2,4	2,2	3,1	2,4
Canadá	1,2	3,7	2,0	2,2	2,0	2,8	2,3

Fontes: FMI: "International Financial Statistics - Yearbook", 2000 e

"World Economic Outlook", Apr/2003; Apr/2005

Elaboração da autora

TABELA B-7
Países em desenvolvimento: PIB a preços constantes, 1990-2002 (em %)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Países em desenvolvimento*	5,8	4,2	4,7	6,4	7,2	6,3
NIEs	7,9	1,3	5,3	3,1	5,5	4,0
Ásia em desenvolvimento	6,5	5,8	6,5	8,1	8,2	7,4
América Latina	3,9	0,5	-0,1	2,2	5,7	4,1
África	3,2	4,0	3,6	4,6	5,1	5,0
Europa Central e Oriental	4,9	0,2	4,4	4,6	6,1	4,5
China	8,0	7,5	8,3	9,3	9,5	8,5
Índia	4,7	4,8	4,4	7,5	7,3	6,7
Malásia	8,9	0,3	4,1	5,3	7,1	6,0
Tailândia	4,8	2,2	5,3	6,9	6,1	5,6
Brasil	4,4	1,3	1,9	0,5	5,2	3,7
Colômbia	2,9	1,5	1,9	4,0	4,0	4,0
México	6,6	0,0	0,6	1,6	4,4	3,7
Argentina	-0,8	-4,4	-10,9	8,8	9,0	6,0

*Países em desenvolvimento e outros mercados emergentes

Fonte: "World Economic Outlook", abril/2003 e abril/2006

TABELA B-8
Fluxos de investimento direto externo recebidos e fusões e aquisições transfronteiras (vendas),
Por Região, 2000-2004 (em US\$ bilhões e porcentagem)

CATEGORIA	2000	2001	2002	2003	2004	Acumulado 2001-2004	REGIÃO
IDE	1.392,9	823,8	651,2	559,5	648,1	4.075,5	MUNDO
F&As	1.143,8	593,9	369,8	296,9	380,5	2.784,9	
F&As*	865,7	378,0	208,9	141,1	189,0	1.782,7	
Nº acordos	175	113	81	56	75	-	
F&As/IDE	82%	72%	57%	53%	59%	-	
IDE	1.120,5	589,4	460,3	366,5	380,1	2.916,8	PAÍSES DESENVOLVIDOS
F&As	1.056,0	496,1	307,7	240,4	315,8	2.416,0	
F&As/IDE	94%	84%	67%	66%	83%	-	
IDE	246,6	209,4	162,1	172,0	233,2	1.023,3	PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO
F&As	70,6	85,8	44,5	42,1	54,7	297,7	
F&As/IDE	29%	41%	27%	24%	23%	-	

Fonte: UNCTAD, *World Investment Report 2003, 2004 e 2005*

F&As* = Fusões e Aquisições acima de US\$ 1bilhão

Elaboração da autora

TABELA B-9
Distribuição Setorial do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil (1995-2002)
Por país de origem dos recursos
 (Em US\$ milhões e %)

Setores	12/1995*		1996		1997		1998		1999**		2000**		1996-2000		2001		2002		2003	
	Estoque	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%
Agric. Pesca., Pec., Ex.M.	689	1,6	111	1,4	456	3,0	142	0,6	423	1,5	649	2,2	1.781	1,7	1.494	7,1	638	3,4	1.484	11,5
Indústria	23.402	55,0	1.740	22,7	2.036	13,3	2.766	11,9	7.002	25,4	5.087	17,0	18.633	18,0	7.001	33,3	7.617	40,6	4.355	33,8
Serviços	18.439	43,4	5.815	75,9	12.819	83,7	20.362	87,5	20.140	73,1	24.139	80,8	83.274	80,3	12.547	59,6	10.499	56,0	7.063	54,7
Total	42.530	100,0	7.665	100,0	15.311	100,0	23.271	100,0	27.564	100,0	29.876	100,0	103.688	100,0	21.042	100,0	18.754	100,0	12.902	100,0
Ingrs. abaixo de US\$ 10 mi p/ empresa receptora/ano	-	-			2.568		3.075		3.671		3.455		14.747		-		-		-	
Total Geral dos ingr	-	-	9.644		17.879		26.346		31.235		33.331		118.435		21.042		18.754		12.902	

* Dados do Censo de Capitais Estrangeiros, 1995

** Inclui conversões para investimentos diretos

Nota: Conversões em dólares às paridade históricas

Fonte: Banco Central do Brasil/Censo de Capitais Estrangeiros e Nota para a Imprensa Set/2003

Elaboração da autora

TABELA B-10

Posição do Japão no estoque de IDE no Brasil, 1995

PAÍS DA HOLDING	Valor (US\$ mil)	%
Estados Unidos	11.510.082	27,6
Alemanha	6.492.995	15,6
França	2.845.485	6,8
Japão	2.641.126	6,3
Suíça	2.322.624	5,6
Diversos estrangeiros	2.151.238	5,2
Itália	1.800.925	4,3
Reino Unido	1.723.665	4,1
Países Baixos (Holanda)	1.412.956	3,4
Argentina	962.518	2,3
Canadá	815.001	2,0
Virgens, Ilhas (Britânicas)	646.622	1,6
Cayman, Ilhas	632.903	1,5
Uruguai	611.785	1,5
Total	41.695.624	100,0

Fonte: Bacen/Decec

1/ Número de declarantes: 6.312

Elaboração da autora

TABELA B-11

Posição do Japão no estoque de IDE no Brasil, 2000

PAÍS DA HOLDING	Valor (US\$ mil)	%
Estados Unidos	28.917.743	28,1
Espanha	12.784.953	12,4
Países Baixos (Holanda)	9.745.534	9,5
França	7.061.818	6,9
Alemanha	5.129.357	5,0
Portugal	4.324.917	4,2
Itália	2.771.303	2,7
Reino Unido	2.586.313	2,5
Japão	2.510.342	2,4
Total	103.014.509	73,6

Nota: Número de declarantes: 11.404

Fonte: Bacen/Decec

Elaboração da autora

TABELA B-12
Ingressos de investimentos diretos totais e japoneses no Brasil
Distribuição por país de origem dos recursos

US\$ milhões

País	Estoque	Estoque	Ingressos					
	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2000-5
IDE no Brasil (A)	41.695,6	103.014,5	21.095	18.754	12.902	20.265	21.638	94.654
IDE japonês no Brasil (B)	2.641,1	2.510,3	825	504	1.368	243	779	3.719
B/A (%)	6,3	2,4	3,9	2,7	10,6	1,2	3,6	22,0
Posição do Japão no Rank	4º	9º	7º	9º	3º	12º	9º	-

Nota: Não inclui investimentos em bens e imóveis. Até 2000, distribuição relativa a operações

de valor superior a US\$10 milhões. Para 2001-05, corresponde ao total das operações.

Fonte: Bacen/Decec - Tabulações especiais

Elaboração da autora

TABELA B-13
Distribuição setorial dos ingressos de IDE do Japão no Brasil, 2001-2005

Ano	Japão			
	Indústria (%)	Agricultura (%)	Serviços (%)	Total (US\$ milhões)
2001	88,4	4,8	6,7	827
2002	78,3	2,7	19,0	504
2003	32,5	61,7	5,8	1.368
2004	80,4	1,6	18,0	243
2005	34,5	0,7	64,8	779
2001-2005	3.722 (A)			
Brasil				
2001	33,3	7,1	59,6	21.095
2002	40,6	3,4	56,0	18.754
2003	33,8	11,5	54,7	12.902
2004	52,8	5,3	41,9	20.265
2005	30,2	10,1	59,7	21.638
2001-2005	94.654 (B)			
(A)/(B)	4%			

Fonte: Bacen/Decec - Tabulações especiais

Elaboração da autora

EDITORIAL

Coordenação

Ronald do Amaral Menezes

Supervisão

Iranilde Rego

Editoração

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
9º andar, sala 908

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5406

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, 9º andar

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5090

Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50, 6º andar – Grupo 609

20044-900 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 2215-1044 R. 234

Fax: (21) 2215-1043 R. 235

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br